

UNIDADE DIDÁTICA IX – A I GRANDE GUERRA E A CRISE DE 1929

1. A I GRANDE GUERRA (1914-1918)

A Guerra que eclodiu em 1914 foi um acontecimento totalmente novo na Europa. O conflito que se deu entre as potências europeias foi diferente de todos aqueles travados até então e, em especial, os ocorridos no século XIX. Pode-se dizer que as potências ansiavam por uma guerra – rápida e vitoriosa – que não estavam preparadas para lutar – prolongada e com grandes sacrifícios.

A dinâmica do jogo do poder na Europa levou a uma série de alianças que, iniciado o conflito, tornar-se-iam permanentes, ao contrário do passado. De um lado, a Tríplice Aliança ou os Impérios Centrais, entre Alemanha, Império Austro-Húngaro, Império Otomano, Bulgária e Itália (até 1914), enquanto do outro, a Tríplice Entente ou os Aliados, composta por Grã-Bretanha, França, Sérvia, Itália (após 1915), Rússia (até 1917), EUA (após 1917) e outros 20 países, inclusive o Brasil (após 1917).

Podemos listar como causas da guerra a corrida armamentista, o uso cada vez maior da ameaça de guerra no campo diplomático e as questões de minorias étnicas, sendo inclusive este último o estopim da guerra, com o assassinato do arquiduque austríaco Francisco Ferdinando em Sarajevo, Bósnia, por extremistas sérvios e bósnios. Em outros períodos, tal como o século XIX, o incidente teria sido facilmente resolvido, mas na conjuntura do momento, as tensões se elevaram a tal ponto que os países foram arrastados para a guerra pelas alianças inflexíveis.

Ao eclodir o conflito, poucos eram aqueles na Europa que imaginavam que seria longo e sangrento. As últimas guerras ocorridas durante o século XIX entre potências europeias haviam durado semanas ou, quando muito, meses. Nessa mentalidade, os políticos e militares lançaram os exércitos no campo de batalha com uma doutrina ainda do século XIX, mas com uma tecnologia militar nova que resultaria num grande número de mortos.

A primeira fase da guerra foi de movimento e, com uma série de rápidas vitórias, a Alemanha pôs a França na defensiva, seguindo a lógica do *Plano Schlieffen* (que levava o nome de um antigo Chefe do Estado-Maior Imperial Alemão), que previa um

potente ataque de flanco contra a França, atravessando o território da Bélgica e caindo sobre Paris. Os alemães só foram detidos a sessenta quilômetros de Paris, na Batalha do Marne, quando inclusive táxis foram utilizados para transportar tropas para as frentes de batalha. A vitória francesa na batalha acabou por colocar a guerra na faceta que ela é conhecida, estática, pois tanto aliados quando alemães estabeleceram-se em trincheiras, em um *front* que não sofreu grandes alterações até 1918, com a ofensiva decisiva dos Aliados.

A Primeira Guerra Mundial, ou “Grande Guerra”, como foi chamada à época e ainda o é hoje, desvelou a guerra total em nível não antes visto – o esforço de guerra empreendido pelas nações era global, bem como os locais de luta. A doutrina da guerra total teve como consequência batalhas que figuram entre as mais sangrentas da história.

Entre 1915 e 1917, cruentas batalhas se seguiram no *front* ocidental, podendo-se citar a Batalha de Verdun, que durou quase um ano e se tornou uma das batalhas mais sangrentas da história, com um número de mortos que varia de seiscentos mil a 1 milhão, e a Batalha do Somme, onde o Exército Britânico perdeu em apenas um dia, aproximadamente sessenta mil homens, e as baixas totalizaram um milhão e duzentos mil homens em cinco meses de combate. Enquanto isso, ao mesmo tempo os Aliados buscavam abrir novas frentes de batalha para isolar a Tríplice Aliança ou Potências Centrais. No Pacífico, todas as colônias alemãs foram rapidamente tomadas por forças aliadas e japonesas.

No Oriente, forças britânicas lançaram operações visando à abertura do Estreito de Dardanelos, fechado pelo Império Otomano. A Campanha de Gallipoli custou caro às forças britânicas e otomanas, com um total de mais de meio milhão de baixas, com a vitória otomana impedindo as forças britânicas de abrirem o estreito e ligarem-se com a Rússia.

Na Mesopotâmia (região que compreende o atual Iraque, Kuwait e parte do Irã) e na Palestina, os britânicos e otomanos também se enfrentaram e os primeiros, apesar dos retrocessos iniciais, venceram os turcos com a ajuda da Revolta Árabe (um grupo de forças irregulares compostas por tribos árabes e lideradas pelo Príncipe Faiçal e o Capitão Thomas E. Lawrence, que viria a ser conhecido como “Lawrence da Arábia”,

que buscavam sua libertação do jugo otomano).

O panorama da guerra no início de 1917 favorecia às Potências Centrais, com a vitória alemã sobre a Rússia e o acontecimento que mudaria as estruturas daquele país, a Revolução Russa. Os bolcheviques que assumiram o poder assinaram um tratado de paz com a Alemanha, que agora poderia lançar suas forças contra França e Grã-Bretanha. Além disso, os alemães declararam a guerra submarina irrestrita, torpedeando inclusive navios de nações neutras. O Brasil teve diversos navios torpedeados e afundados por submarinos alemães, declarando guerra às Potências Centrais em 26 de outubro de 1917. A cooperação brasileira com a Entente se deu com o envio de forças navais, na forma da Divisão Naval em Operações de Guerra, a DNOG, e de uma Missão Médica.

Podemos destacar os motins que se seguiram no Exército Francês, com os soldados não desejando mais atacar as linhas alemãs, em face do desprezo pela vida que caracterizava a ação de muitos oficiais franceses. Os revoltosos se comprometiam a lutar em caso de ataques alemães. Os motins foram controlados, sendo que alguns soldados rebelados foram fuzilados e vários oficiais, inclusive generais, foram exonerados de seus postos.

A vantagem que a Alemanha havia obtido com a vitória no *front* russo logo se perderia, com a entrada dos Estados Unidos na guerra ao lado da Entente. Após o afundamento de diversos navios americanos, dentre eles o “Lusitania”, e ações como o “Telegrama Zimmermann”, no qual a Alemanha propunha ao México uma aliança para atacar os Estados Unidos caso este entrasse na guerra, prometendo devolver aos mexicanos os territórios que estes haviam perdido para os americanos no século XIX. Em 6 de abril de 1917, os EUA declararam guerra às Potências Centrais.

O planejamento alemão não acreditava que as forças americanas chegariam logo a Europa, e mesmo que chegassem, poderiam ser detidos ou atrasados por meio de submarinos. A Alemanha procurou lançar uma ofensiva que desse fim à guerra antes da chegada dos americanos: a Ofensiva de Verão. A esse ponto, o Estado-Maior Alemão era comandado por duas figuras que teriam grande importância no pós-guerra: Paul von Hindenburg e Erich Ludendorff.

A Ofensiva de Verão estabeleceu um grande avanço em seus estágios iniciais e

o *front* chegou a 120 quilômetros de Paris, causando pânico nos moradores da cidade, que se assustaram com o bombardeio realizado pelos gigantescos canhões montados em trens pelos alemães. Apesar do sucesso, pois o movimento havia sido similar à 1914, os alemães não conseguiram avançar mais por falta de capacidade de explorar os ganhos obtidos e à chegada de forças aliadas que detiveram o avanço em julho de 1918.

O fracasso alemão deu lugar a uma série de contra-ataques dos Aliados, com grandes efetivos americanos e forças britânicas vindas das campanhas vitoriosas na Mesopotâmia e Palestina. Os movimentos aliados ficaram conhecidos como a Ofensiva dos Cem Dias e obtiveram avanços espetaculares, destruindo as linhas defensivas e causando baixas que não permitiriam à Alemanha manter uma defesa eficiente.

O colapso das Potências Centrais se deu rápido. Com o fim da guerra nos Bálcãs, a Alemanha perdeu sua principal fonte de alimentação e combustíveis. O Império Austro-Húngaro não tinha como manter a guerra além de dezembro/1918 e notificou a Alemanha, que também tinha sérios problemas logísticos.

Diante de todos os problemas, as negociações de paz se iniciaram com um armistício declarado no dia 11 de novembro de 1918, com a Alemanha reconhecendo a derrota, pondo fim à Primeira Guerra Mundial. O Império Turco-Otomano havia assinado sua rendição em 30 de outubro e o Império Austro-Húngaro em 3 de novembro.

O fim da guerra trouxe grandes transformações para a Europa e o Mundo. O Império Alemão se dissolveu e surgiu a República de Weimar (sistema de governo de modelo parlamentarista democrático, onde o presidente da República nomeava um chanceler que seria responsável pelo poder Executivo; quanto ao poder Legislativo, era constituído por um parlamento – *Reichstag*), conforme exigido pelo Presidente dos EUA, Woodrow Wilson, que avisou que somente negociaria com representantes legítimos do povo alemão. Os alemães tinham a crença de que tais mudanças produziram termos benevolentes na Conferência de Paz de Paris.

Enganaram-se, pois tanto a França quanto a Grã-Bretanha queriam que a Alemanha pagasse a maior indenização possível e assumisse a responsabilidade pela guerra. As negociações de paz ocorreram por nove meses até a assinatura do Tratado

de Versalhes em 28 de junho de 1919, que impôs à Alemanha severas restrições: o Exército foi reduzido a uma força de 100 mil homens com armas leves, a Força Aérea foi abolida bem como o Estado-Maior, além de perdas territoriais e de todas as suas colônias, que foram divididas entre os Aliados.

O Império Austro-Húngaro foi dissolvido e deu origem a diversos países, criados para abrigar as diversas etnias que viviam em seu território. Áustria e Hungria assinaram tratados de paz com os Aliados, o Tratado de Saint-Germain-en-Laye e o Tratado de Trianon, respectivamente.

A Áustria tornou-se uma República com um Exército de 30 mil homens e sofreu grandes perdas territoriais. A Hungria tornou-se uma monarquia no papel, mas uma república parlamentarista na prática, governada por um “regente”, o Almirante Miklós Horthy e, apesar do armistício com os Aliados, foi atacada e batida pela Romênia, e só se manteve independente graças à ação da Entente.

O Império Otomano assinou o Tratado de Sèvres, que acabou por dissolvê-lo. A ocupação aliada se seguiu como na Alemanha. Porém, no caso turco, mesmo a capital Istambul seria ocupada. Um grupo de nacionalistas aboliu o califado e constituiu a Grande Assembleia Nacional, que não aceitou o tratado, lançou forças turcas lideradas por Mustafá Kemal, o Atatürk, contra as forças estrangeiras e obteve a vitória na Guerra de Independência Turca, anulando o compromisso firmado pelos otomanos. A República da Turquia foi reconhecida após a assinatura pela Turquia e os Aliados em 1923, do Tratado de Lausanne, sendo os turcos o único caso de potência derrotada na guerra que foi capaz de reverter os termos de paz e negociar em pé de igualdade com a Entente.

O pós-guerra foi especialmente devastador para a Alemanha, que viveu momentos difíceis, ocorrendo inclusive uma guerra civil entre comunistas, conservadores e social-democratas, em um período conhecido como Revolução Alemã. A República de Weimar ganhou o conflito e conseguiu se impor, com uma frágil coalizão liderada pelos social-democratas. Um dos elementos que pesava contra a nova república era o mito da “Punhalada pelas Costas”.

Tal mito explicava que a derrota da Alemanha na guerra havia ocorrido devido a uma traição por parte dos políticos, judeus e outras minorias que teriam conspirado e

traído o Exército Alemão. Os principais divulgadores desse mito foram o General Erich Ludendorff e o Marechal Paul von Hindenburg, que se aproveitavam de tal história para encobrir as próprias falhas na condução da guerra. Foi Ludendorff quem pediu ao Kaiser, o Imperador Alemão, que assinasse o armistício, garantindo que o Exército havia chegado a um ponto que não poderia manter o *front* nem por 24 horas. Após a negociação em Versalhes, Ludendorff mudou de posição, e chegou mesmo a advogar a voltar à guerra contra os Aliados, mas foi discretamente demitido e logo fugiu para a Suécia.

Esse mito foi utilizado em larga escala tanto pela esquerda quanto pela direita alemã. Apoiado nele, surgiu o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, liderado por um veterano dos campos de batalha, Adolf Hitler.

2. A REVOLUÇÃO RUSSA (1917)

A Rússia, na entrada do século XX, ainda era um Estado Feudal, com relações de trabalho que remontavam à servidão que, embora abolida no século XIX, ainda era praticada em diversas regiões do Império, refletindo a natureza essencialmente rural da economia russa.

A monarquia se encontrava em longo processo de decadência desde a segunda metade do século XIX. O atraso do país foi notado após a fragorosa derrota na Guerra da Crimeia (1853-1856), onde forças russas não conseguiram bater tropas inglesas e francesas em solo russo, bem como não lograram obter as reivindicações russas sobre terras do Império Otomano.

Para trazer o país à modernidade, o Estado buscou uma intensa política de incentivos à entrada de capitais estrangeiros e industrialização, muitas vezes liderada pelo próprio Estado. A Rússia imperial obteve um crescimento impressionante nas últimas décadas do século XIX graças a essas políticas. Porém, ainda não era o Estado moderno desejado pelos czares.

A industrialização representava uma séria contradição dentro das estruturas do império, que tinha no campo a sua principal fonte de recursos e consequentemente de

onde vinha a elite política do país. Mas tal contradição revelava-se quase nula, uma vez que os projetos modernizantes da incipiente burguesia e do Estado eram conduzidos em pequenos bolsões próximos aos grandes centros do país, especialmente Moscou e São Petersburgo (viria a se chamar Petrogrado em 1914), que era a capital imperial e viria a perder o posto para Moscou após a Revolução de 1917.

As tensões sociais se acumulavam tanto no campo quanto na cidade. As reformas não levavam em conta as condições de trabalho, que se no campo eram quase servis, nas indústrias remetiam às condições da primeira revolução industrial, com jornadas de trabalho de 14 a 16 horas. A falta de diálogo do governo resultou em revoltas e politização cada vez maior das massas.

A primeira convulsão social ocorreu em 1905, no episódio que seria conhecido como “Domingo Sangrento”. Em janeiro, trabalhadores e populares liderados por padres fizeram uma passeata, onde pediam por reforma agrária, jornada de trabalho de 8 horas diárias, tolerância religiosa e fim da censura, assim como representação popular no governo.

O governo reprimiu brutalmente a manifestação, com centenas de mortos. O povo, que cantava músicas e ia alegre, inclusive cantando músicas sobre o Czar, indignou-se com a atitude cruel, que foi vista como um gesto direto do monarca, se tornando o estopim da revolta que gerou a Revolução de 1905. Do “paizinho” que amava o povo, o czar tornou-se o opressor que o maltratava, na visão popular, que achava que o monarca – até então – não era ciente do que ocorria, pois era enganado pela sua corte. Depois do massacre, passou a ser visto de outra forma pelo povo.

No campo, os camponeses dos extratos mais baixos, pequenos proprietários, queriam mais terras e começaram a invadi-las, sendo reprimidos violentamente tal como na cidade, onde os trabalhadores começaram a realizar greves em massa. A pior das revoltas foi dentro das próprias Forças Armadas, com a rebelião do encouraçado Potemkin, que foi debelada por forças do Exército.

Apesar de vencer todas as revoltas, o Czar percebeu que teria de fazer concessões, a fim de continuar no poder. Nicolau II publicou o “Manifesto de Outubro”, onde foi criada a Duma, um Parlamento que fiscalizaria o governo, e criados os partidos políticos, destacando-se o Partido Social-Democrata, que se havia dividido em 1903,

dando origem ao Partido Menchevique, em minoria, mais moderado e que defendia uma reforma gradual com o apoio da burguesia, e o Partido Bolchevique, que detinha a maioria, era mais radical e defendia uma ação revolucionária. Estas medidas surtiram pouco efeito, visto que os partidos eram sistematicamente vigiados e a Duma era controlada pela aristocracia e pelo czar, que podia dissolvê-la a qualquer momento. Os grupos moderados se satisfizeram mas os socialistas rejeitaram as concessões como insuficientes e tentaram organizar novas greves. Ao fim de 1905, os reformadores estavam lutando entre si. Graças a essas divergências, o Czar teve sua posição relativamente fortalecida.

Mas a pressão popular continuou, com protestos e manifestações sendo reprimidas violentamente pelo governo, que lançava mão da polícia secreta para perseguir, prender, exilar e mesmo executar diversos líderes das categorias populares.

Nesse cenário turbulento veio a guerra. A entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial era muito aguardada pelas nações ocidentais, que acreditavam que os efetivos russos, conhecidos pelo seu grande número, destroçariam as forças alemãs como um “rolo compressor”, nome dado pelos aliados da Tríplice Entente ao Exército Imperial Russo. De forma impressionante, apesar das pressões e do descontentamento popular, poucos foram aqueles que não se apresentaram para lutar na guerra, acreditando no mesmo que os generais: uma luta rápida e gloriosa.

O desastre acabou com todas as ilusões da Rússia imperial. Milhões de baixas, falta de suprimentos para o Exército, racionamento de comida, inflação e desorganização total da economia. As sucessivas derrotas no campo de batalha e as provações exigidas da população foram solapando a autoridade imperial.

Os trabalhadores entraram em greves, e na repressão surge o estopim do processo revolucionário de 1917. A Revolução de Fevereiro veio, porém, sem ser um movimento organizado. Ao contrário, era um conjunto de acontecimentos que levaram à abdicação de Nicolau II e à instalação de um governo provisório.

O governo provisório foi comandado por Alexander Kerensky, um advogado que entrara para o governo sendo Ministro da Guerra e da Marinha. Ele promoveu a liberdade de imprensa, dentre outras medidas populares, mas assim como o governo do Czar, o novo governo provisório não conseguiu solucionar os problemas que

causavam a desgraça do povo e o levavam a se insurgir. Não havia como fazê-lo, respeitando os limites aos quais se obrigou a respeitar, isto é, mantendo o país em guerra e com a mesma constituição social. Ao mesmo tempo, um grupo ganhou força e acabou por se transformar num governo paralelo: o *soviete* de operários e soldados de Petrogrado.

Os *soviets* eram inicialmente conselhos deliberativos de operários para regular e organizar a produção e o controle material de uma área ou uma indústria. Este termo é comumente usado para descrever trabalhadores governando a si mesmos, sem patrões, em regime de autogestão. Foram, durante os acontecimentos seguintes à Revolução de Fevereiro, reforçados por intelectuais, estudantes, soldados e camponeses. Os bolcheviques tinham grande força sobre os *soviets* e lançaram seu principal lema revolucionário: “Todo poder aos soviets”.

Entre fevereiro e outubro, o governo provisório e o *soviete* de Petrogrado disputaram o poder, gerando grande turbulência política e a completa desintegração do Estado: nas linhas de frente, tropas matavam seus oficiais e desertavam, camponeses invadiam terras da aristocracia, saqueando e queimando tudo enquanto *soviets* eram fundados nas cidades para administrar fábricas.

Em outubro de 1918, liderados por Vladimir Ulianov, chamado Lenin, os bolcheviques lançaram um golpe e cercaram a capital Petrogrado, com forças suas e de aliados anarquistas. Rapidamente o governo provisório foi derrubado e o *soviete* de Petrogrado delegou o poder ao governo revolucionário, o Conselho dos Comissários do Povo, controlado em grande parte pelos próprios bolcheviques, com representantes de alguns outros movimentos socialistas.

Os bolcheviques deram início ao atendimento de diversas demandas populares, como a saída da guerra, a distribuição de terras e o controle operário das fábricas. Isso determinou o sucesso da revolução promovida pelos bolcheviques. Ela se susteve, pois soube se adaptar às demandas populares, recebendo assim grande apoio e consequentemente força para enfrentar quaisquer tentativas de contragolpe.

Porém, os liberais e grupos socialistas descontentes com os rumos que a revolução havia tomado começaram a conclamar o povo para derrubar os bolcheviques, estourando a guerra civil, que duraria de 1918 até 1922. Nasceu nessa

época o Exército Vermelho, liderado por Leon Trotski, enfrentando o Exército Branco, formado por liberais, socialistas descontentes, monarquistas e ajudado por forças internacionais (inglesas, francesas, japonesas e americanas), que chegaram a desembarcar na Rússia.

Durante a guerra civil, a Rússia foi devastada. Para dar sustentação ao Exército Vermelho, pela situação de emergência e pelo próprio ímpeto revolucionário, o partido bolchevique instituiu o "comunismo de guerra". O dinheiro e as leis do mercado foram abolidas, sendo substituídos por uma economia dirigida baseada no confisco de cereais produzidos pelos camponeses. Estas medidas criaram um desestímulo ao plantio, levando o agricultor a produzir exclusivamente para o sustento de sua família. O resultado foi catastrófico. Os centros urbanos ficaram sem alimentos, provocando um êxodo urbano (Petrogrado e Moscou viram sua população reduzir-se pela metade). A fome de 1921 transformou-se numa das maiores tragédias da Rússia moderna – milhões pereceram.

Diante disso, Lenin, já o líder máximo da recém criada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), procurou racionalizar a administração, a burocracia e a economia, que havia colapsado durante a guerra civil. Implementou a Nova Política Econômica (NEP), que recuperou alguns traços do capitalismo para incentivar a nascente economia soviética. Desta forma, o PC russo e o governo dos soviets pretendiam reconstruir a economia russa devastada pela invasão estrangeira e pela resistência à revolução. A NEP, segundo Lenin, consistia num recuo tático caracterizado pelo restabelecimento da livre iniciativa e da pequena propriedade privada, admitindo o apoio de financiamentos estrangeiros. Lenin teria dito: *"Um passo atrás para dar dois à frente"*.

Após vários atentados, num dos quais foi gravemente ferido (agosto de 1918), Lenin veio a falecer em Gorki, perto de Moscou, em 1924.

3. O PÓS-GUERRA E A CRISE DE 1929

O pós-guerra foi um período bastante complicado na história mundial, devido às

grandes mudanças trazidas pelo fim da Primeira Guerra Mundial, com a criação de novos países, queda de velhos impérios e surgimento de novas potências no cenário global.

O mundo se recuperava com base em forte investimento americano, que possuía um vastíssimo parque industrial, e uma economia em pleno movimento. Milhões de dólares foram postos nas economias europeias, em especial na Alemanha, que era o segundo polo industrial do mundo à época.

Os americanos mantinham o equilíbrio de sua balança comercial através de altas taxas e impostos sobre produtos importados, aproveitando as receitas obtidas com as exportações para a Europa, remetendo o dinheiro de volta ao Velho Continente na forma de empréstimos aos países devastados pela guerra.

O montante emprestado foi tal que, se os EUA exigissem o imediato pagamento, acabaria por quebrar as economias europeias. Outra consequência dessa política de investimento foi o atrelamento da economia de toda a Europa à economia dos EUA.

Os anos de 1920 foram chamados de “anos loucos” e “anos dourados”. Pode-se caracterizar essa época pelo surgimento de diversas transformações culturais que romperiam com os padrões estabelecidos em diversos campos do conhecimento, arte, cinema e música. Nos EUA, os bailes de *jazz*, *foxtrot*, *blues* e *charleston*, ritmos surgidos nas comunidades negras, logo se popularizaram, deixando os guetos e passando a circular em bailes das elites.

O cinema viu o surgimento de Hollywood, com a produção de filmes que se espalharam por todo o mundo, criando os primeiros astros, fascinando as plateias e gerando uma mina de ouro do entretenimento. A arte viu o surgimento de novos padrões, e o Brasil viveu um momento importante nesse período, com a Semana de Arte Moderna de 1922, na qual uma geração de novos artistas, pensadores, poetas e escritores buscaram criar uma estética própria, dentro das evoluções que se seguiam nesse momento. Todas essas mudanças buscavam um escapismo, uma percepção de fuga do mundo, pois em muitas pessoas, apesar da prosperidade do momento, estavam imbuídas de um sentimento de que algo estava errado desde a Primeira Guerra Mundial.

Essa sensação logo encontraria um fundo de realidade quando explodisse a

crise do liberalismo. Para entender a crise, é necessário compreender que o liberalismo fazia com que o mercado funcionasse com pouca ou nenhuma intervenção estatal, e nos EUA, onde surgiu a crise, o Estado não promovia intervenção alguma, chegando mesmo a cortar impostos durante a década de 1920, seguindo a lógica dos grandes capitalistas de que os impostos e tributos seriam obstáculos que atrasariam a economia americana.

A armadilha sobre a qual se construiu a crise foi a insistência dos capitalistas americanos em manter o ritmo de produção da guerra, quando a indústria americana supriu as necessidades das potências aliadas, exportando de gêneros alimentícios a maquinário pesado industrial. Com o fim da guerra e o fluxo de capitais e investimentos ocorrendo à Europa, os países europeus puderam reduzir compras de materiais e restabelecer a sua produção industrial, substituindo diversos produtos americanos por locais, o que começou a gerar um acúmulo de bens sem precedentes nos EUA. Porém, os economistas acreditavam que a economia americana conseguiria absorver a produção, não aceitando a opção razoável, que era a redução da produção. Para os liberais ortodoxos, isso representaria uma intervenção injustificável do Estado na economia.

A agricultura viu o início da crise, quando os fazendeiros começaram a armazenar as safras, buscando evitar a queda maior ainda dos preços. Entretanto, com os preços caindo, o lucro foi diminuindo ao ponto de que os fazendeiros foram forçados a contrair empréstimos e hipotecar propriedades para pagar os altíssimos aluguéis dos depósitos onde estocavam a produção. Logo, os fazendeiros começaram a quebrar.

As empresas começaram a vender ações cujos preços eram baseados na economia especulativa. Por conta da fácil captação de recursos, os baixos juros praticados pelos bancos incentivavam os empréstimos para os investidores, que por sua vez compravam mais ações, alimentando a bolha especulativa.

Com o dinheiro investido, a indústria aumentava sua produtividade enquanto os salários mantinham-se estáveis, piorando a situação. A demanda não supria a oferta. As ações das empresas começaram a cair e rapidamente os investidores preferiram ficar com dinheiro na mão, vendendo todas as ações. O problema era que quase todos queriam vender e poucos eram aqueles que podiam ou queriam comprar.

Com a explosão iminente da bolha especulativa, os salários foram perdendo força e o consumo passou a cair vertiginosamente, pois as indústrias chegaram ao ponto de exceder em demasia a oferta, e acabaram por demitir operários em grande número, que sem poder consumir, alimentavam o círculo vicioso que se formara: sem emprego e salário não há consumo e as fábricas diminuía a produção ao ponto da paralisação, acabando por demitir mais e mais, criando mais desempregados e menos consumo.

Em 24 de outubro de 1929 (a Quinta-Feira Negra), a crise mostrou sua face: a baixa nos preços das ações chegou a níveis catastróficos e o pânico se espalhou entre os investidores na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Apesar de uma recuperação precária no final de semana, quando o mercado reabriu na “Segunda-Feira Negra” – 28 de outubro, novamente os preços das ações voltaram a cair vertiginosamente, chegando ao colapso total na “Terça-Feira Negra”, 29 de outubro de 1929.

Investidores se suicidaram, bancos quebraram, empresas faliram e os pobres e desempregados passaram a engrossar as filas de sopa que se tornaram gigantescas a esse tempo. O “*crack*” do dia 29 fez com que a Bolsa de Valores se mantivesse totalmente instável por mais um mês, enquanto a crise derrubava a economia americana e logo a economia mundial, jogando os EUA no período conhecido como “A Grande Depressão”.

O presidente dos EUA, Herbert Hoover, acreditava que a economia americana poderia se livrar da crise sem a intervenção do Estado, chegando a recusar leis propostas pelo Congresso a favor de que o governo interviesse. Em 1931 e 1932, Hoover aprovou uma série de medidas, a maior parte voltada aos bancos e instituições financeiras, visando à recuperação da economia, mas o desemprego continuou alto e a crise persistiu.

A Europa, que após a Grande Guerra começara a recuperar sua prosperidade, ainda dependia muito dos investimentos americanos e logo recebeu o impacto da crise, que derrubou todas as economias europeias.

Os efeitos da crise de 1929 foram sentidos no mundo inteiro. Estes efeitos, bem como sua intensidade, variaram de país a país. Outros países, além dos Estados Unidos, que foram duramente atingidos pela crise foram a Alemanha, Austrália, França,

Itália, o Reino Unido e, especialmente, o Canadá. Porém, em certos países pouco industrializados, como a Argentina e o Brasil (que não conseguiu vender o café que tinha estocado para outros países), a Grande Depressão acelerou o processo de industrialização e de diversificação de suas economias. Praticamente não houve nenhum abalo na União Soviética, que se tratando de uma economia socialista, estava econômica e politicamente fechada para o mundo capitalista.

Os efeitos negativos da Grande Depressão atingiram seu ápice nos Estados Unidos em 1933, quando a eleição de Franklin Delano Roosevelt marcou uma mudança na política americana, que deu início a um intenso programa de combate à crise com uma série de medidas e leis aprovadas pelo Congresso, conhecidas como “*New Deal*”, o programa que veio a recuperar a economia americana e a pôs nos trilhos, vencendo a Depressão.

Dentre as medidas que ficaram conhecidas como *New Deal* (novo acordo) e que passaram a ser concretizadas em 1933, podemos destacar:

- controle sobre bancos e instituições financeiras;
- construção de obras de infraestrutura para a geração de empregos e aumento do mercado consumidor;
- concessão de subsídios e crédito agrícola a pequenos produtores familiares;
- criação de Previdência Social, que estipulou um salário mínimo, além de garantias a idosos, desempregados e inválidos;
- controle da corrupção no governo;
- incentivo à criação de sindicatos para aumentar o poder de negociação dos trabalhadores e facilitar a defesa dos novos direitos instituídos.

No setor industrial, a principal medida foi a redução da jornada do trabalho. Percebendo que o fator básico que gerou a crise econômica havia sido a superprodução, Henry Ford estabeleceu a jornada de oito horas de trabalho e foi responsável por uma importantíssima inovação técnica: a linha de montagem. Essa inovação permitiu a redução dos custos e, sobretudo, aumento da produtividade. A aplicação das técnicas fordistas em várias indústrias de bens de consumo gerou uma queda de preços em todo o país, fator que é tido, juntamente com *New Deal*, como primordial para a recuperação da economia norte-americana

O processo de recuperação econômica americana se completou com a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial. As outras economias passaram a se recuperar da crise de forma mais lenta que os EUA, e na instabilidade da crise, começou a ocorrer um movimento de radicalização política em todo o mundo. Regimes representativos e liberais (associados à crise pela sua incapacidade de controlar a economia) foram derrubados e deram lugar a ditaduras e governos autoritários, particularmente de extrema-direita, como o Nazismo e o Fascismo. Na Europa, somente França e Inglaterra se mantiveram democráticas.

Seguindo a tendência mundial de crescimento de governos autoritários, no Brasil a Revolução de 1930 acabou com a República Velha, instalando Getúlio Vargas no poder, em uma ditadura que duraria por quinze anos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, José Jobson de A. **Atlas histórico básico**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. 48p.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil no contexto da história ocidental**. 8. ed. São Paulo: Atual, 2003. 602p.

BOBBIT, Philip. A luta começa: fascismo, comunismo, parlamentarismo, 1914-1919. In:_____. **A Guerra e a Paz na História Moderna**. O Impacto dos Grandes Conflitos e da Política na Formação das Nações. Rio de Janeiro: Campus 2003. p. 22-31.

HOBBSBAWM, Eric. A era da guerra total. In:_____. **Era dos Extremos**. O breve século XX – 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 29-60.

HOBBSBAWM, Eric. Rumo ao abismo econômico. In:_____. **Era dos Extremos**. O breve século XX – 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 90-112.

HOBBSBAWM, Eric. Da paz à guerra. In:_____. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 417-451.

REIS FILHO, Daniel Aarão. As revoluções russas. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; *et all.* (org.) **O Século XX: O tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 35-59.